

Governo deve cobrar Cofins de itens importados e menos INSS de exportador

Medidas devem ser incluídas em emenda à proposta de reforma tributária

Vivian Oswald

• BRASÍLIA. O governo pretende aumentar os tributos sobre as importações e reduzir a carga tributária dos exportadores, para tornar os produtos brasileiros mais competitivos nos mercados mundial e interno. A idéia, que será apresentada sob a forma de emenda à proposta de reforma tributária encaminhada ao Congresso, é passar a cobrar a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) dos produtos importados.

Essa cobrança hoje é impossível porque, como os impostos são cobrados cumulativamente (um calculado sobre o outro) e as regras da Organização Mundial do Comércio impedem a incidência cumulativa, a Cofins não pode ser cobrada.

Cálculo de contribuição ao INSS será pelo faturamento

A proposta de reforma tributária do governo põe fim à cobrança em cascata dos tributos, abrindo espaço para se cobrar a contribuição.

Para beneficiar as exportações, a idéia do governo é diminuir a contribuição das empresas exportadoras ao INSS. A medida deve favorecer princi-

palmente os setores de bens de capital, têxteis e brinquedos.

Pelas novas regras para tributação das empresas exportadoras, metade da contribuição patronal passará a ser calculada sobre o faturamento e de forma proporcional aos seus ganhos. Hoje, a contribuição patronal é de 22% sobre a folha de pagamento das empresas.

Especialistas estimam que a mudança reduzirá os preços de produtos do agronegócio em 5,5%, o que deve aumentar as vantagens competitivas dos produtos brasileiros. Pelas contas do presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamen-

tos (Abimaq), Luiz Carlos Delben Leite, o custo dos bens de capital exportados pelo Brasil deve cair entre 3% e 5%.

— É uma diferença de peso em um mundo globalizado — disse Delben Leite.

Mas os fabricantes de brinquedos reclamam. Para o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Brinquedos (Abrinq), Synésio Batista, a mudança prevista vai onerar seu setor, porque, segundo ele, a folha de pagamento da indústria é menor do que o faturamento das empresas.

— Nenhum brinquedheiro acredita nesse conto da caixinha — disse Synésio.

Ele é favorável à tributação das importações, mas afirmou que é preciso melhorar a aduana brasileira para que a medida funcione:

— Tributar as importações sem qualquer contrapartida na estrutura da aduana só potencializa a capacidade de as empresas que exportam para o Brasil praticarem o subfaturamento.

Siderurgia e montadoras são setores mais onerados

Segundo a presidente da fábrica de confecções Dudalina, Sonia de Souza, os maiores problemas enfrentados pelos exportadores de têxteis hoje é a burocracia e o custo financeiro no mercado interno.

Segundo um estudo do Ipea, o custo da Cofins, do PIS e da CPMF sobre a produção é bastante elevado. O setor mais atingido é a siderurgia, com uma incidência desses tributos de 10,76% sobre sua produção. Sobre a metalurgia, o peso é de 9,31%, e sobre automóveis, caminhões e ônibus, de 9,11%. Quanto mais etapas na cadeia produtiva, maior é o impacto dos tributos. Segundo a Abimaq, o custo dos três tributos sobre o setor de bens de capital é de 10,1%. ■



Entenda as medidas

• **IMPORTADORES:** Atualmente as empresas importadoras não pagam a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Como a Cofins seria cobrada sobre outros tributos (ou seja, cumulativamente com o Imposto sobre Importação e o ICMS), o governo não pode cobrá-la porque as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) impedem a cobrança em cascata. A

reforma tributária pretende pôr fim à cobrança cumulativa e, assim, permitir que a Cofins seja cobrada dos importadores.

• **EXPORTADORES:** A idéia é reduzir a alíquota cobrada para o INSS das empresas exportadoras, mas cobrá-la sobre o faturamento e não sobre a folha de pagamento. Há controvérsias sobre a eficácia da medida para incentivar as exportações.